

Militares pedem empenho por 5 anos

RIVALDO CHINEM
Enviado Especial

Os ministros do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e da Marinha, almirante Henrique Sabóia, ainda estão preocupados com a possibilidade de a Constituinte aprovar um mandato de quatro anos para Sarney. Nas comemorações da vitória de terça-feira, quando o plenário aprovou a manutenção do presidencialismo, eles conversaram com o presidente da República e reiteraram que o governo precisa continuar trabalhando pelos cinco anos de mandato. Agora, depois da vitória, com mais empenho.

Lida assim impressa, uma notícia como esta pode dar ao leitor a impressão de que foi dada em tom duro, até mesmo autoritário, reabrindo — após curtíssima pausa — a temporada das pressões militares sobre a Constituinte. Na verdade, contudo, ela foi dada em clima ameno, entre sorrisos afáveis e no meio de todas as trivialidades que se pode esperar de uma festa de aniversário. Quem contou parece saber das coisas. Foi o consultor-geral da República, o advogado paulista Saulo Ramos, cujo gabinete, no terceiro andar do Palácio do Planalto é muito próximo do escritório onde se instala o próprio presidente da República. Ele estava presente quando os três ministros das Forças Armadas exigiram providências contra o multipresidente da Constituinte, Câmara e PMDB, doutor Ulysses Guimarães, no episódio em que o veterano político batizou de "os três patetas" os componentes da Junta Militar de 1969.

O cenário era a casa do jornalista Carlos Lemos, diretor da jornalística de O Globo em Brasília, uma típica mansão do lago Sul, onde, à beira da piscina, que atenua o clima árido do cerrado, a Corte se reúne sob qualquer pretexto, para matar o tédio. A ocasião era o aniversário do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), comemorado na noite de anteontem.

A festa só acabou às 4h30 da madrugada de ontem e o consultor-geral não tocou no picadinho com molho de vinho tinto, na galinha com maça e presunto, na batata palha ou no arroz, servidos igualmente a modestos repórteres, que

freqüentam o congestionado comitê de imprensa da Câmara dos Deputados, e ao poderoso relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Saulo Ramos vinha de outra comemoração pela vitória, num jantar em que recebeu, em sua casa, o presidente da República, sua filha Roseana e 16 parlamentares da bancada paulista na Constituinte. Desprezou o rocambole e a musse de maracujá e só comeu um doce de chocolate com caju.

No tom ameno das conversas de madrugada, exibindo sua felicidade em gestos descontraídos, segurando firmemente um copo de uísque, o assessor de Sarney contou ao repórter que os dois ministros militares aconselharam o presidente a investir tudo no presidencialismo e a não negociar o mandato de cinco anos.

Saulo jurou que jamais houve ameaças. Segundo sua versão os militares apenas deixaram claro que temiam as consequências de uma vitória do parlamentarismo e da tese do mandato de quatro anos.

Numa mesa próxima, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, de paletó e gravata, dormia placidamente, com as mãos cruzadas no peito e a cabeça firme. Quem o via à média distância podia jurar que ele presta exagerada atenção às palavras que jorravam sem parar da boca do novo assessor presidencial para negociações políticas, o ex-deputado Thales Ramalho, solidamente preso a sua cadeira de rodas. Presidencialistas e parlamentaristas conversavam animadamente sobre os incidentes da votação, animados pelos



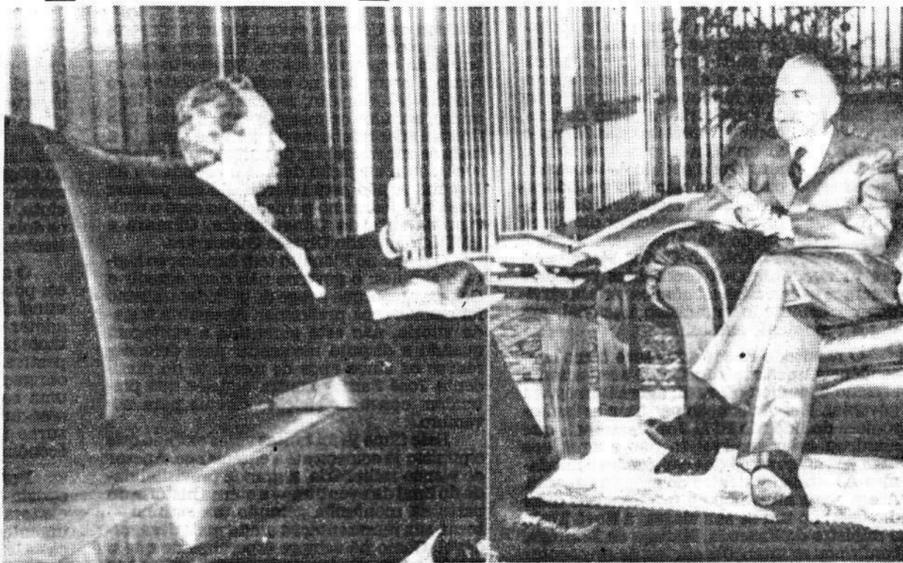
Roque de Sá - 24/2/88
Saulo Ramos

copos de uísque, vinho branco, vodca e refrigerantes, servidos por cinco garçons.

De seu posto, no terraço iluminado da mansão do jornalista, o consultor Saulo Ramos abriu-se com o repórter: "Te digo mais. O presidente Sarney estava com os olhos mais voltados para os militares do que para a Constituinte. Num de seus programas de rádio ele atacou os trabalhos da Constituinte, mas na verdade fez isso para acalmar o chamado público interno dos quartéis. O ministro Leônidas Pires Gonçalves, por exemplo, bate continência (nesse momento, passando o copo para a mão esquerda, o consultor repetiu o gesto de saudação militar), perna-se diante do presidente e aí diz: 'minhas tropas estão preocupadas com o sistema de governo e a duração do mandato'. O pior de tudo é que os militares não aceitam conversa, dizem uma coisa e querem aquilo logo, do jeito como imaginam em suas cabeças".

Quando Leônidas Pires, por exemplo, exigiu providências contra o doutor Ulysses, Sarney contou a situação fazendo comentários pouco elogiosos ao multipresidente. "Eles se referiam à sua idade avançada", contou Saulo Ramos, enquanto a cantora Fafá de Belém, com lentes de contato verdes e impressionantemente magra, fazia propaganda da clínica de emagrecimento de São Paulo na qual esteve internada recentemente. Em torno de uma mesa redonda junto à piscina, os economistas Roberto Campos e José Serra cochichavam suas divergências, interrompidas à aproximação de algum repórter.

Saulo Ramos estava, decididamente, em noite de inconfidência. Contou, para completar, que o presidente tem sido muito procurado por parlamentares, que se julgam responsáveis pela vitória do presidencialismo. "Agora, sim, o fisiologismo aumenta, pois todo mundo vai querendo que suas indicações sejam aceitas", disse, apontando para o deputado Arnaldo Faria de Sá, autor da proposta para o Ministério da Previdência apressar a aposentadoria integral. Saulo Ramos só pediu seu carro ao manobrista depois de, abraçado ao senador Fernando Henrique Cardoso, ouvir um solene pedido de desculpas por críticas que ele lhe havia feito na tribuna.



Pedro Ivo diz a Sarney que ele precisa adotar medidas enérgicas contra o déficit

Em busca de base parlamentar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney disse ontem aos parlamentares recebidos em audiência no Palácio do Planalto, entre os quais o deputado Bezerra de Melo (PMDB-CE), que pretende manter no Congresso um bloco de apoio a seu governo. Para o governador do Mato Grosso, Marcelo Miranda, que também esteve no Planalto, Sarney acredita que, com o número de constituintes que o apoiaram na votação de terça-feira, agora tenha garantia e condições para implantar as medidas econômicas necessárias ao País.

Nenhum parlamentar ou governador recebeu ontem por Sarney

revelou quais serão as novas medidas econômicas. O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, disse que o presidente lhe falou apenas na necessidade de conter o déficit público e ao mesmo tempo fazer com que o governo tenha recursos financeiros para cumprir todos os seus compromissos, principalmente os programas de apoio aos estados. As medidas, de acordo com o governador, visam a restabelecer o equilíbrio financeiro do orçamento da União, porque o governo tem gasto excessivo, especialmente no pagamento de pessoal.

Os deputados José Dutra (PMDB-AM), Paulo Zarzur (PMDB-SP) e Paulo Mincarone (PMDB-RS), que também estiveram com Sarney, insistiram na necessidade de formar

um bloco partidário sem que isso represente a implantação de um novo partido. Dutra, que mudou de parlamentarista para presidencialista 72 horas antes da votação, até destacou o nome do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para atuar como coordenador do bloco. Apesar de garantir a base de sustentação parlamentar de Sarney, nenhum deles quis afirmar que o presidente irá mudar sua equipe ministerial. Zarzur afirmou que não sentiu o presidente interesse por retaliações. Mincarone não disse que Sarney vai fazer reforma, mas acrescentou que ele agora poderá fazer sua equipe e trabalhar em favor do País. "É óbvio que ele vai governar com quem votou com ele", concluiu.

Vitória custa Cz\$ 9,6 bilhões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A vitória fácil do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República na Assembleia Nacional Constituinte teve um custo alto para o governo — ou, em última análise, para o contribuinte. Nos dias anteriores à votação, um verdadeiro festival de aprovação de recursos destinados às prefeituras espalhadas pelo interior do País e concessões de canais de rádio e televisão ilustraram as páginas do

Diário Oficial da União. No primeiro caso, via Caixa Econômica Federal, do ministro Prisco Viana, o governo concedeu quantias bilionárias: Cz\$ 9,6 bilhões, ou cerca de US\$ 86 milhões.

As concessões de canais de rádio beneficiam, principalmente, cidades de estados onde o presidente foi vitorioso, ou os governadores assumiram posições francamente favoráveis ao Palácio do Planalto. Tanto nesses casos como nas aprovações de pedidos de recursos, a fundo perdido ou através de emprésti-

mos em condições privilegiadíssimas, não se verificam localidades próximas aos centros tradicionalmente rivais ao presidente da República. No estado de Alagoas, onde o governador Fernando Collor de Melo faz campanha aberta contra Sarney, não há um só caso a registrar.

Em contrapartida, as cidades das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste constituem a maioria das que receberam emissoras e recursos da Caixa Econômica.

Obtidas com exclusividade

pelo Estado e Jornal da Tarde, as listas de concessões de canais de rádio e televisão e de solicitações de recursos (com os seus valores calculados de acordo com as Letras do Tesouro Nacional), mostram um comportamento no mínimo suspeito do governo. As listas compreendem um período que vai do final de janeiro até a véspera da votação do sistema de governo no plenário da Constituinte, quando o governo ainda emitia decretos dotando os ares do País de novas ondas-médias e de frequência modulada.

Sarney, agora mais seguro para viajar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com a aprovação do sistema presidencialista de governo e mandato de cinco anos, o presidente Sarney se sente "mais seguro" para realizar as viagens internacionais que estavam previstas e, para isto, já instruiu o Itamaraty a detalhar o programa para este ano. Em julho, o presidente Sarney começa as grandes viagens, visitando a China e ainda no segundo semestre irá à Alemanha, França, Angola e Índia, segundo fontes diplomáticas.

"Com a definição do sistema e a forte indicação de que será aprovada cinco anos também para o presidente Sarney, o Itamaraty e o Palácio do Planalto já podem fazer o programa com mais clareza", afirmou um diplomata. A visita de distribuição à União Soviética — Mikhail Gorbachev vem ao Brasil em julho — "só deverá acontecer no quinto ano de mandato do presidente", acrescentou a fonte.

Antes de iniciar as grandes viagens, previstas desde o ano passado, mas que foram adiadas em virtude da incerteza política, o presidente visitará ainda a Bolívia, no próximo dia 18 de maio. Mais livre das preocupações com a política interna, o presidente Sarney começará também a receber outros presidentes. No próximo mês virão ao Brasil em visita oficial os presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín, nos dias 6, 7 e 8, e da Colômbia, Virgílio Barco, no dia 15, para visitar Caracas, no Pará. Ainda no primeiro semestre, em junho, visitará o Brasil o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano.

A intenção do presidente José Sarney, depois de concluídos os trabalhos da Constituinte, é realizar todas as viagens que foram programadas para o ano passado e para este ano e que não puderam ser cumpridas em função da difícil situação do País, agravada com a motuária, que criou um clima hostil no Exterior contra o Brasil.

A lista de concessões

Eis as concessões de emissoras de rádio e televisão:

Televisão Riviera Ltda, em Rio Verde (Goiás); Rádio Timbira do Maranhão, ondas médias, pleiteada pelo governo do Estado para operar na cidade de São Luís; Rádio Bandeirantes, em Vitória da Conquista (Bahia); Sociedade Campograndense de Radiodifusão Ltda, em Campo Grande (Mato Grosso do Sul); Rádio Independência de Medianeira Ltda, em Medianeira (Paraná); Sociedade de Radiodifusão Grande Rio Ltda, em Iranduba (Amazonas); Rádio Camboriú Ltda, em Camboriú (Santa Catarina); Rádio Vicente Palotti Ltda, em Coronel Vivida (Paraná); Rádio Entre Rios Ltda, em Palmitos (Santa Catarina); Rádio Amorim Juvenete Ltda, em Rondonópolis (Mato Grosso); Rádio Planetário Ltda, em Espumoso (Rio Grande do Sul); IPB-Integração Matogrossense de Rádio e Televisão Ltda, em Campo Grande (Mato Grosso do Sul); Comunicações Minas Liberdade Ltda, em Passos (Minas Gerais); Rádio Canto da Seréia Ltda, em Jacobina (Bahia); Sociedade Rádio Educadora Nova Xavantina Ltda, em Guaranta do Norte (Mato Grosso); Rádio Difusora do Vale Acaarau Ltda, em Acaarau (Ceará); Empreendimentos Guimarães e França Ltda, em Santa Vitória (Minas Gerais); Rádio Excelsior do Rio Grande do Sul, em Gramado (Rio Grande do Sul); Rádio Sanaandua Ltda, em Sanaandua (Rio Grande do Sul); Rádio Metrópole de Crissiumal, em Crissiumal (Rio Grande do Sul); Rádio difusora de Bambuí OM Ltda, em Bambuí (Minas Gerais); Rádio Cidade de Cascavel Ltda, em Cascavel (Paraná); Rádio Liberdade de Boa Viagem Ltda, em Boa Viagem (Ceará); Rádio Cristal Ltda, em Salvador (Bahia); Rádio Planalto de Maracanau Ltda, em Maracanau (Ceará); Sociedade Rádio Pindorama Ltda, em Siderlândia (Mato Grosso do Sul); Rádio Carajá de Anápolis Ltda, em Anápolis (Goiás); Rádio Difusora Alto Vale Ltda, em Rio do Sul (Santa Catarina); Empresa São Borjense de Comunicação Ltda, em São Borja (Rio Grande do Sul); TV Itapicuru Ltda, em Codó (Maranhão); Rádio

Jornal Sul de Minas Ltda, em Bueno Brandão (Minas Gerais); Sociedade Difusora de Corinto Ltda, em Corinto (MG); Rádio Cantoense Ltda, em Canto do Buriti (Piauí); TV Jangadeiro Ltda, em Fortaleza (CE); Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda, em Capão da Canoa (RS); Sistema de Comunicação de Juara Ltda, em Juara (Mato Grosso); Rádio Educadora Vale do Munin Ltda, em Chapadinha (Maranhão); Rádio Tacarijus Ltda, em São Miguel do Tapoio (Piauí); Rádio Novos Tempos Ltda, em Ceará-Mirim (Rio Grande do Norte); Sociedade Campograndense de Televisão Ltda, em Campo Grande (MS); JMB Empreendimentos Ltda, em Gravatá (Pernambuco); Rádio Jornal de Barretos OM Ltda, em Barretos (São Paulo); Rádio Querência de Santo Augusto Ltda, em Santo Augusto (Rio Grande do Sul); Rádio Cultura de Açailândia Ltda, em Açailândia (Maranhão); Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda, em Canavieiras (Bahia).

A seguir, a lista das prefeituras que tiveram seus pleitos aprovados pelo governo: Caicó, Rio Grande do Norte — Cz\$ 20.124.800,00; Alto Paraná, Paraná — Cz\$ 4.469.992,00; Itaipu, Goiás — Cz\$ 20.751.498,00; Propriá, Sergipe — Cz\$ 20.751.498,00; Paranavai, Paraná — Cz\$ 24.842.400,00; Rondonópolis, Mato Grosso — Cz\$ 9.773.400,00; Rondonópolis, Mato Grosso — Cz\$ 339.608.000,00; Maria Helena, Paraná — Cz\$ 2.556.527,00; Mirassol D'Oeste, Mato Grosso — Cz\$ 51.023.561,00; Paranaatinga, Mato Grosso — Cz\$ 54.209.785,00; Colider, Mato Grosso — Cz\$ 76.299.060,00; Dourados, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 509.412.000,00; Miranda, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 68.162.717,00; Bonito, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 10.317.044,00; Itaporã, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 11.321.796,00; Taquarussu, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 5.003.479,00; Poxoreu, Mato Grosso — Cz\$ 162.077.250,00; Luciara, Mato Grosso — Cz\$ 34.916.730,00; Centenário do Sul, Paraná — Cz\$ 4.442.065,00; Assutorga, Paraná — Cz\$ 3.122.838,50; Assu,

Rio Grande do Norte — Cz\$ 4.893.994,00; Aquidabão, Sergipe — Cz\$ 32.768.846,00; Jardim, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 5.770.013,90; Bandeirantes, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 3.855.153,60; Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte — Cz\$ 13.835.800,00; Altos, Piauí — Cz\$ 20.124.800,00; Toledo, Paraná — Cz\$ 485.081.020,00; São José do Norte, Rio Grande do Sul — Cz\$ 3.270.350,00; Peabiru, Paraná — Cz\$ 10.481.259,00; Turiaçu, Maranhão — Cz\$ 13.185.323,00; Turiaçu, Maranhão — Cz\$ 59.070.240,00; Maranhã — Cz\$ 17.834.881,00; Macaíba, Rio Grande do Norte — Cz\$ 3.281.168,00; Santos Dumont, Minas Gerais — Cz\$ 147.675.600,00; Macaíba, Rio Grande do Norte — Cz\$ 8.204.200,00; Macaíba, Rio Grande do Norte — Cz\$ 7.913.320,00; Antônio João, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 3.938.016,00; Aral Moreira, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 39.717.574,00; Rio Branco, Acre — Cz\$ 24.674.279,00; Angélica, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 3.773.923,00; Anastácio, Mato Grosso do Sul — Cz\$ 40.481.254,00; Alvinópolis, Minas Gerais — Cz\$ 16.408.400,00; Governo do Acre — Cz\$ 453.204.000,00; Governo do Acre — Cz\$ 709.906.015,00; Rio das Pedras, São Paulo — Cz\$ 107.996.410,00; Governo do Amazonas — Cz\$ 5.665.050.000,00; Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul — Cz\$ 8.400.108,10; Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul — Cz\$ 3.026.545,80; Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul — Cz\$ 11.091.865,00; Ceres, Goiás — Cz\$ 6.850.507,00; Guaruá, Goiás — Cz\$ 40.251.446,00; Ituberá, Goiás — Cz\$ 14.356.357,00; Ituberá, Goiás — Cz\$ 11.199.178,00; Itapurunga, Goiás — Cz\$ 39.380.160,00; Janduí, Rio Grande do Norte — Cz\$ 6.911.636,50; Janduí, Rio Grande do Norte — Cz\$ 2.288.971,80; Mocooca, São Paulo — Cz\$ 17.349.110,00; Monteiro, Paraíba — Cz\$ 20.124.800,00; Paulista, Pernambuco — Cz\$ 49.912.800,00.



Sérgio Borges
Newton Cardoso

Newton acha que agora não faltará ajuda

AGÊNCIA ESTADO

"Daqui para a frente não faltará recursos para os projetos mineiros", afirmou, em Belo Horizonte, o governador Newton Cardoso, que ontem reuniu todo o seu secretariado para se proclamar o grande vitorioso com a manutenção do sistema presidencialista e a fixação de cinco anos de mandato para os futuros presidentes da República. Segundo o governador, "Minas agora tem mais força no Planalto", devido ao êxito do trabalho de convencimento que desempenhou a favor do que Sarney defendia.

A reunião de Newton Cardoso com os secretários, no Palácio da Liberdade, durou cinco horas. E, embora tenha sido a portas fechadas, alguns dos auxiliares, eufóricos, revelaram à saída o teor da conversa. O secretário do Interior e Justiça, Geraldo Pereira, repetiu a sua equipe: "Vocês devem ir mais a Brasília, bater nas portas onde há dinheiro, pois o presidente Sarney não vai nos faltar". O governador teria dito, ainda, que todos os seus projetos paralisados por falta de recursos serão reiniciados imediatamente.

Em Vitória, os deputados capixabas Nyder Barbosa (PMDB), Pedro Ceolin (PFL) e o senador Gérson Camata (PMDB) garantiram que não houve troca de favores entre o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano e os oito constituintes do Espírito Santo que votaram a favor do presidencialismo.

Touraine diz que velho Brasil venceu o novo

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — "Uma vitória do velho contra o novo Brasil." Dessa forma, o sociólogo francês Alain Touraine, especialista em América Latina e diretor de estudos da Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris, definiu a decisão da Assembleia Nacional Constituinte que optou pelo regime presidencialista no Brasil. A seu ver, essa decisão mostra a importância relativa dos dois Brasis, favorecendo o Brasil antigo que não tem capacidade de controlar o seu próprio desenvolvimento. Alain Touraine, que está lançando outro livro sobre a América Latina, *La Parole Et le Sang*, explicou que esse Brasil, mais marginal e mais pobre, tende a ser controlado por um sistema populista, a velha política dos governadores, e não através de um sistema de representação direta, caso dos países de regime parlamentarista da Europa, com alto grau de integração social. A seu ver, essa opção mostrou que "o Brasil é um país menos moderno do que pensa, mas mais moderno do que pensam dele aqui no Exterior".

O professor Alain Touraine considera que essa visão explica também a participação das forças mais conservadoras ao lado do presidencialismo, lembrando que o Brasil do Sul, politicamente mais moderno, estava mais próximo do sistema parlamentarista. Quando informado de que certas forças populares como o PT e o PDT apoiaram o presidencialismo, Alain Touraine lembrou que isso é normal, pois essas são forças que representam um certo neopopulismo urbano, caso do PT, e um populismo nacional à antiga, caso típico do PDT de Leonel Brizola. O PMDB, a seu ver, representa uma força tradicional, onde se encontram também forças mais próximas do velho modelo populista que acabaram prevalecendo.

PRESSÃO MILITAR
Ao ser informado de que teria ocorrido uma mobilização de lideranças das Forças Armadas no Brasil, às vésperas da votação do presidencialismo, apoiando e pressionando nessa direção os constituintes, Alain Touraine disse não acreditar na possibilidade de algo mais grave nessa área, pelo menos na fase atual que o País atravessa. Lembrou a tradição brasileira, segundo a qual as forças militares fizeram parte do populismo nos tempos de Getúlio Vargas, e mesmo depois desse período. O regime militar acabou sendo a expressão da crise do sistema populista. Por isso, não vê possibilidade de um regime militar como tal, mesmo porque esse regime não teria solução para os problemas internacionais e econômicos do País. Agora, na sua opinião, o sistema militar só pode reaparecer como um elemento a mais do velho sistema populista e autoritário, onde não teria representação direta. Assim sendo, não poderia surgir como uma força propriamente dita.



César Diniz - 18/6/87
Alain Touraine

No "Diário", a prova da barganha

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No dia 22, quando foi votado o sistema de governo na Constituinte, com ampla vitória do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República, o Diário Oficial da União (DOU) publicou relação de 51 convênios do Ministério do Interior com prefeituras municipais de vários estados. Para Sergipe foram concedidos cem milhões de cruzados, destinados à Cooperação do Sistema Nacional de Defesa Civil. Os oito deputados, quatro do PMDB e quatro do PFL, e três senadores da bancada sergipana votaram a favor do presidencialismo. O extrato de termo aditivo do

convênio assinado pelo ministro do Interior, João Alves Filho, e pelo governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, não especifica os objetivos do convênio firmado em 1987 e que teve, agora, seu prazo prorrogado até 8 de setembro de 1988. O termo aditivo foi assinado pelo ministro e pelo governador no dia 8 deste mês e publicado no DOU, no final de uma lista de outros 50 convênios.

Os demais convênios, destinados, todos eles, a obras de "infra-estrutura urbana", sem outras especificações, variam de 700 mil cruzados a um milhão e 500 mil cruzados. Foram beneficiados municípios de Minas Gerais, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas, Goiás, Pernambuco e

Mato Grosso do Sul. Somente na Bahia, 15 prefeituras receberam recursos para infra-estrutura; a seguir vem Minas Gerais, onde oito prefeituras foram contempladas pelo Ministério do Interior. O restante dos convênios foi distribuído entre as prefeituras dos demais estados relacionados.

CUIABÁ

No mesmo DOU do dia 22, o gabinete do Ministério do Interior divulgou a assinatura de convênio com a prefeitura de Cuiabá (MT), no valor de cinco milhões de cruzados, destinados a "aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica para trabalhos de drenagem e manutenção de córregos". O convênio foi assinado no dia 3 pelo ministro João Alves e o prefeito Dante de Oliveira.